

O TEMPO NO CAPITALISMO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE MOISHE POSTONE¹

Henrique Pereira Braga²

Ivan Zanatta Kawahara³

RESUMO: As transformações sociais e econômicas de grande envergadura que têm ocorrido na sociedade capitalista desde os anos de 1970 desafiam a teoria social crítica contemporânea a compreender a natureza dessa mudança e explicar seus variados desdobramentos na vida social. Esse artigo aborda uma dimensão dessa transformação: a temporalidade capitalista. Para tanto, o artigo se concentra nos argumentos de Moíshe Postone sobre a natureza do tempo no capitalismo, que são elaborados a partir de sua leitura da teoria madura de Karl Marx – com especial atenção para o *Grundrisse* e *O Capital*. A conclusão dessa leitura é a de que, para Postone, a dualidade da forma mercadoria constitui uma relação entre uma dimensão temporal concreta (de valores de uso) e uma dimensão temporal abstrata (valor) que implica um específico tempo histórico que é crescentemente denso, veloz e instável.

¹ Agradecemos à leitura e aos comentários dos pareceristas anônimos. Aproveitamos a ocasião para registrar que uma primeira versão deste trabalho foi apresentada, em 2020, no 8º Encontro Internacional de Política Social, em mesa organizada pelo professor Mario Duayer, que foi o responsável pela introdução aos autores do trabalho de Moíshe Postone e contribuiu, de variadas formas, para nossa formação intelectual. Pesquisador dedicado, professor atencioso e intérprete rigoroso da obra de Marx e de seus comentadores, Mario Duayer nos deixou, vítima da Covid-19, em janeiro de 2021. Fica aqui a nossa homenagem. Mario, presente!

² Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo. Coordenador do Grupo de Estudos em Pensamento Econômico e Teoria Social (GEPETS) dessa mesma universidade. Pesquisador associado do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Marx da Universidade Federal Fluminense. E-mail: henrique.pbraga@ufes.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4505-290X>.

³ Doutorando em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal Fluminense, pesquisador do Laboratório de Estudos da Legislação Urbanística (LabLegal) e do Grupo de Estudo e Pesquisa em Ontologia Crítica dessa mesma universidade. E-mail: ivanzanatta@id.uff.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7627-4599>.

PALAVRAS-CHAVE: Tempo. Capital. Capitalismo contemporâneo. Moishe Postone (1942-2018). Karl Marx (1818-1883).

TIME IN CAPITALISM: AN INTERPRETATION OF MOISHE POSTONE

ABSTRACT: The large scale social and economic transformations that has been occurring in capitalist society since 1970's poses challenges to contemporary critical social theories that has been seeking to understand the nature of this change and its consequences. This paper attempts to address one dimension of this transformation: capitalist temporality. For this, we present a reading of Moishe Postone arguments on the nature of time in capitalism, which are elaborated from his reading of Karl Marx's mature theory – with special attention to the *Grundrisse* and *Das Capital*. The conclusion of this reading is that, according to Postone, the duality of commodity form constitutes a relation between a concrete temporal dimension (use-value) and an abstract temporal dimension (value) which implies a specific historical time that is increasingly dense, speed and instable.

KEYWORDS: Time. Capital. Contemporary capitalism. Moishe Postone (1942-2018). Karl Marx (1818-1883).

TIEMPO EN EL CAPITALISMO: UNA INTERPRETACIÓN DESDE MOISHE POSTONE

RESUMEN: Los cambios sociales y económicos de gran envergadura que se han pasado en la sociedad capitalista desde la década de 1970 desafían la teoría social crítica contemporánea para comprender la naturaleza de este cambio y explicar sus variados despliegues en la vida social. Este artículo aborda una dimensión de esta transformación: la temporalidad capitalista. Con este fin, el artículo se centra en los argumentos de Moishe Postone sobre la naturaleza del tiempo en el capitalismo, que están elaborados a partir de su lectura de la teoría madura de Karl Marx, con especial atención a *Grundrisse* y *El Capital*. La conclusión de esta lectura es que, para Postone, la dualidad de la forma mercancía constituye una relación entre una dimensión temporal concreta (de valores de uso) y una dimensión temporal abstracta (valor) que implica un tiempo histórico específico que es cada vez más denso, rápido e inestable.

PALABRAS CLAVE: Tiempo. Capital. Capitalismo contemporáneo. Moishe Postone (1942-2018). Karl Marx (1818-1883).

Acho que uma das coisas mais sinistras da história da civilização ocidental é o famoso ditado atribuído a Benjamin Franklin, ‘tempo é dinheiro’. Tempo não é dinheiro. Tempo é o tecido da nossa vida, é esse minuto que está passando. (...) A luta pela justiça social começa por uma reivindicação do tempo (...). (Antonio Candido).

INTRODUÇÃO

Desde os anos de 1970, assistimos a transformações sociais e econômicas de grande envergadura na sociedade capitalista. Essas transformações, que alteraram em larga medida o cotidiano da vida social, têm colocado desafios à teoria social contemporânea. Torna-se imprescindível analisar e interpretar a natureza dessas mudanças e de seus desdobramentos. Um desses desafios é a compreensão do caráter específico do tempo no capitalismo, cuja importância se expressa nas inúmeras formas de seu gerenciamento que pululam nas mais diversas mídias.

Formado por processos sociais mais amplos, conforme notou E.P. Thompson, em *Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial* (1998), a medida do tempo e o seu lugar estão relacionados com os modos de vida estabelecidos pelos seres humanos. Por isso, a difusão de um artefato como o relógio e o seu modo abstrato e homogêneo de medir o tempo não se explica, como argumenta o autor, pela maior racionalidade posta por esse aparato sobre o processo produtivo. Outrossim, resulta da exigência da racionalização do próprio processo produtivo em termos de tempo de trabalho – medido em horas, minutos e segundos – como forma de controlar e contabilizar as quantidades produzidas. Em outros termos, a disseminação do relógio é uma das expressões mais sugestivas da expansão da produção de mercadorias - isto é, da socialização por meio da forma valor, já que este só pode ser quantificado pelo tempo.

Contudo, como também sugere Thompson (1998), não somente o tempo de trabalho é controlado pelo relógio. Também é cronometrado o tempo fora da atividade produtiva. Esse tempo tem que ser, por assim

dizer, “produtivo”: não pode ser dispensado na bebida, “vadiagem” ou ociosidade, ele precisa ser disciplinado para preparar o espírito para a próxima jornada de trabalho. Esse tipo de regramento da vida cotidiana atravessa os mais diversos panfletos orientados aos trabalhadores desde o século XVII até o final do século XIX (THOMPSON, 1998, p. 294-300). Trata-se de um indício que explicita que o processo de desenvolvimento da produção de mercadorias é, sobretudo, o devir de uma maneira dos seres humanos se relacionarem, entre si e com o próprio corpo, e de se subjetivarem (THOMPSON, 1998, p. 304); explicita, em outros termos, que a produção mercantil generalizada estabeleceu uma dicotomia entre o tempo de trabalho e o tempo vida, na qual o primeiro subordina o segundo, constituindo seu modo de usufruto (THOMPSON, 1998, p. 300).

Nesse começo de século XXI, essa dicotomia parece ter chegado ao paroxismo. Em *24/7: late capitalism and the ends of sleep* (2014), Jonathan Crary expõe, por exemplo, como o tempo de trabalho tem avançado sob a última fronteira do tempo de vida: o tempo de sono. Isso ocorre tanto pela dramática redução do tempo de sono de uma média de 10 horas por noite nos Estados Unidos do começo do século XX para 6h30 por noite no mesmo país no início do século XXI; quanto pelo avanço das pesquisas militares e acadêmicas na direção de tentar manter os seres humanos acordados e produtivos.

Do ponto de vista das relações interpessoais, Byung-Chul Han afirma, em seu livro *Sociedade do Cansaço* (2015), que somos cada vez mais reativos e multitarefados, característica dos animais selvagens, os quais têm que cuidar para não serem devorados enquanto devoram suas presas. Estamos vivendo, portanto, “num mundo muito pobre de interrupções, pobre de entremeios e tempos intermédios”, no qual o ato de hesitar é uma perda de tempo (HAN, 2015, p. 53-56). Nesse quadro, em que tudo que não está relacionado ao desempenho no trabalho parece “uma perda de tempo”, nos tornamos, nas palavras de Han, uma “máquina de desempenho autista”, já que devemos responder às demandas do mundo – seus impulsos de positividade – sem reconhecer qualquer “alteridade”, evitando-se qualquer momento de negatividade (HAN, 2015, p. 56).

Nesse sentido, não há espaço para “passar o tempo”, apenas para o gastar (THOMPSON, 1998, p. 272).

Em outra chave de interpretação, Hartmut Rosa, no texto de abertura da edição brasileira do seu livro *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na Modernidade* (2019), coloca em questão o motivo pelo qual “nos sentimos como *hamsters* numa roda girada sempre mais velozmente”, em que o mundo nos “opõe com uma lista de afazeres sempre mais longa” que podemos lidar somente “sob o modo da agressão” (ROSA, 2019, p. IX). Contrastando esse cenário com a abundância material que permeia nossas sociedades, o autor identifica como cerne dessa percepção da vida o fato de a sociedade moderna somente se estabilizar dinamicamente – isto é, ser “sistematicamente disposta ao crescimento, ao adensamento de inovações e à aceleração, como meio de manter e reproduzir sua estrutura” (ROSA, 2019, p. XI). A vida social capitalista é caracterizada, portanto, como uma vida na qual

não importa com quanto êxito, individual e coletivamente, vivemos, trabalhamos e nos orientamos economicamente neste ano; no próximo ano, para mantermos nosso lugar no mundo, devemos ser melhores, mais velozes, eficientes, inovadores – e, no ano seguinte, coloca-se o nível ainda um pouco mais acima (ROSA, 2019, p. XV).

Uma sociedade na qual precisamos sempre ser mais eficientes, rápidos e engenhosos, implica, para dizer o mínimo, uma compulsão com o uso “eficiente” do tempo de trabalho, de preferência tendo o tempo de vida como seu suporte. Ao seu modo, Hartmut sugere que somos reduzidos à condição de máquinas de produção de mercadorias em busca sempre de mais eficiência, de modo que a sociedade contemporânea conduziu ao paroxismo aquilo que Marx primeiro formulou, nos *Manuscritos econômico-filosóficos* (2004), como *estranhamento*, mas desenvolveu e qualificou a partir da exposição da relação social *capital*, conceito elaborado por Marx no *Grundrisse* (2011) e sedimentado em *O Capital* (2013) – a saber, os resultados da atividade humana dominam os seres humanos –, que, numa síntese, seria um tipo de dominação social estruturada pelo *tempo*.

A interpretação de que o conceito de capital elaborado por Marx é capaz de mostrar que a estrutura de dominação social da sociedade capitalista está no tempo é desenvolvida pelo historiador canadense Moishe Postone em trabalhos como *Necessity, labor, and time: a reinterpretation of the marxian critique of capitalism* (1978) e *Time, labor, and social domination* (1993)⁴. Em nossa leitura, essa contribuição nos ajuda a explicar por que a busca compulsiva por mais eficiência, não se converte em tempo disponível para os seres humanos e, ainda, porque o movimento do tempo histórico no capitalismo tem o resultado oposto, isto é, o avanço do tempo de trabalho sobre o tempo de vida. Considerando a relevância do argumento de Postone, esse artigo se concentra, a seguir, na exposição das linhas gerais do seu trabalho que, ao reler Marx, nos dá pistas da atualidade que esse autor ainda tem para o debate sobre a natureza do tempo no capitalismo.

Ao recuperar as principais categorias da teoria marxiana do capital, mostra-se como a releitura destas categorias por Postone confere sentido a essa série de fenômenos destacados por Crary (2014), Han (2015) e Rosa (2019). Isso porque, a nosso juízo, o autor fundamenta esses fenômenos na própria dinâmica estrutural das relações sociais modernas e, ao mesmo tempo, mostra como tal dinâmica aponta, pelo modo como se reproduz, para além de si mesma. Por essa razão, argumenta-se que, em Postone, há um duplo movimento: ao mesmo tempo em que sua crítica se dirige à natureza do capital, destaca o seu caráter histórico e, por consequência, a possibilidade de sua superação.

Além disso, o artigo também busca contribuir para a recepção dos trabalhos do historiador canadense junto ao público brasileiro. Neste particular, é importante observar que a literatura crítica existente está concentrada, por exemplo, em alguns dos seus argumentos mais polêmicos – tais como, o caráter mediador do trabalho, o “marxismo tradicional” e o lugar da luta classes na transformação do capitalismo – ou ainda em

⁴ Cabe destacar que o livro *Time, labor, and social domination* (1993) foi premiado, em 1996, pela Associação Americana de Sociologia, na categoria “teoria”. Mesmo com tamanho destaque, ele foi traduzido para o português brasileiro mais de vinte anos depois da sua primeira publicação, recebendo o título *Tempo, Trabalho e Dominação Social* (2014). A demora na tradução é um indicio da baixa recepção das ideias do autor no Brasil.

destacar o seu lugar na teoria social crítica contemporânea.⁵ Sem questionar o mérito dessas leituras, cabe observar nelas a ausência de comentários sobre a interpretação de Postone do caráter historicamente específico do tempo no capitalismo e, por conseguinte, de categorias fundamentais para a compreensão de sua obra, como o “treadmill effect”. Isso revela, em nosso juízo, uma carência quanto à exposição da sua contribuição seminal para a interpretação do capitalismo contemporâneo.

O TEMPO HISTÓRICO INSTAURADO PELO CAPITAL

Ao pensarem o lugar e o papel do tempo na sociedade contemporânea, os autores mencionados na introdução deste trabalho têm um traço comum: cada qual a seu modo, questionam a forma mercantil da produção, o seu modo correspondente de trabalho e suas consequências sobre a vida humana. Articulando esses eixos por meio da crítica marxiana à sociedade moderna, Moishe Postone (1978; 2003) argumenta que as atividades humanas assumem a forma trabalho, mediado por uma norma temporal abstrata (tempo de trabalho socialmente necessário), porque participamos da vida social por meio da transformação de nossos trabalhos em mercadorias.

Para compreendermos os desdobramentos analíticos da leitura de Postone, cabe recuperar brevemente como a dinâmica da sociedade moderna é apreendida por Marx, especialmente a partir dos escritos que são mobilizados por Postone: *Grundrisse* (2011) e *O Capital* (2013). O objetivo deste movimento expositivo é, por um lado, mostrar o nexo entre as categorias desenvolvidas por Marx e o argumento de Postone sobre o tempo no capitalismo, de modo que, uma interpretação acurada deste último, somente pode ocorrer tendo em mente sua leitura do aparato conceitual do Mouro. Por outro lado, registra-se a atualidade da teoria marxiana do capital, ao mostrar que ela é um dos pontos de passagem incontornáveis para a compreensão do tempo na sociedade moderna.

⁵ Como exemplares da recepção do trabalho de Postone no Brasil, com destaque para os temas mencionados, sugerimos os seguintes autores: Duayer & de Araújo (2015), Duarte (2015), Prado (2016), Ximenes (2017) e Pereira (2018).

É bem conhecido que Marx inicia sua investigação sobre a natureza da riqueza social capitalista pela sua forma mais elementar, a *mercadoria*. Se a mercadoria é, ao mesmo tempo, valor de uso e valor, podemos dizer que se trata de algo tanto com capacidade de satisfazer necessidades da fantasia ou do estômago, quanto algo que é produzido para a troca. Assim, a troca se torna o sentido de toda a produção, e todos os resultados da atividade humana devem assumir a forma mercadoria. Isso ocorre porque esses resultados devieram valores, a saber, os diferentes trabalhos concretos passaram a ser reduzidos a trabalho humano sem mais – abstraído de qualquer outra qualidade que não a de ser dispêndio de trabalho (MARX, 2013, p. 113-116).

Mesmo que sejam os produtos das mais diversas atividades produtivas, suas inúmeras especificidades técnicas e usos são unidimensionalizados na forma valor porque, como argumenta Marx, essa forma tornou-se o meio para a subsistência humana, para a qual é imprescindível o reconhecimento social dos trabalhos individuais. Como “a dependência multilateral dos produtores entre si” (MARX, 2011, p. 104) ocorre somente na sociedade onde as trocas são generalizadas e se apresenta nas trocas, a equalização das suas atividades como trabalhos individuais, que conforma o trabalho social, só se revela nesse âmbito, e desde que a venda das atividades tornadas mercadorias seja efetivada (MARX, 2013, p. 148-149; p. 785-786). Cada mercadoria exprime seu valor em relação com qualquer outra mercadoria que não ela mesma, mas o valor só passa a se representar em sua forma mais adequada quando uma única mercadoria passa a medir o valor de todas as outras e constitui-se em meio universal de compra, ou seja, pode ser trocada por todas as outras mercadorias. Essa mercadoria é o dinheiro. Essa capacidade que o dinheiro possui de comprar quaisquer mercadorias é, por seu turno, expressão da constituição da troca generalizada de mercadorias como o modo de produção da vida social (MARX, 2013, p. 135-136; p. 145; MARX, 2011, p. 104-107).

Na teoria madura de Marx (2011; 2013), a formação desse modo de produção é a combinação de uma série de longas e profundas transformações históricas. Dentre as quais, cabe indicar o estabelecimento das rotas comerciais, que proporcionaram o afluxo de metais preciosos das

Américas para a Europa, e conectaram parte expressiva do globo por meio da produção sistemática e em grande escala de certas mercadorias – açúcar, tabaco, café e cacau, por exemplo; a produção industrial manufatureira e suas tecnologias; o cercamento dos campos comuns e a privatização das terras camponesas na Inglaterra, que levou à transformação do camponês em trabalhador assalariado urbano etc.

Em linhas gerais, a ocorrência desses acontecimentos modificou a cisão entre os seres humanos: de um lado, se encontram aqueles desprovidos dos meios para sua subsistência, precisando vender sua força de trabalho para sobreviverem; do outro lado, os proprietários dos meios de produção, cuja reprodução social consiste na contínua valorização de sua propriedade, o que exige colocá-la em contato com a força de trabalho para obter mercadorias. Numa condição ou noutra, portanto, os seres humanos precisavam transformar os resultados de sua atividade – ou a propriedade sobre a atividade de outros – em mercadorias (MARX, 2013, p. 785-786; MARX, 2011, p. 215-216). No interior dessa relação, cabe adiantar o argumento, a propriedade já não é mais somente propriedade, mas valor que se preserva somente por meio da sua contínua valorização – isto é, capital.

Como parte do trabalho social total, cada mercadoria é certa parcela do valor social total, é uma determinada “grandeza de valor”. Em *O Capital*, Marx demonstra que essa grandeza é mensurada pelo *tempo de trabalho socialmente necessário* à produção de certa mercadoria nas condições médias. Assim, o resultado do dispêndio de força de trabalho sobre os meios de produção é um conjunto de mercadorias que exprime parte do trabalho social total, sendo essa “parte” determinada pelo tempo médio com o qual a sociedade produz tais mercadorias (MARX, 2013, p. 117; p. 148-149). Por exemplo, se a produção de camisetas é realizada, em média, na proporção 100 camisetas por jornada de trabalho ao valor de 1000 reais, as indústrias que produzirem numa proporção inferior, receberão abaixo da média (e vice-versa). Por esse exemplo, caso produzam 20 camisetas por jornada de trabalho, receberão 200 reais (caso produzam 120 camisetas por jornada de trabalho, receberão 1200 reais).

Descrito nesses termos, o trabalho individual que conta como social é aquele posto pela média da produção em determinado ramo da produção. A produção generalizada de mercadorias não é referenciada na produção individual, mas sim no conjunto dos produtores de mercadorias. Produzir mais camisetas em menos tempo do que os demais produtores de camisetas torna-se um imperativo concorrencial na medida em que a diferença entre a produtividade individual e a norma social abstrata (tempo de trabalho socialmente necessário) pode ser apropriada pelo capitalista individual na forma de mais-valor extraordinário. Uma vez vendidas, elas significariam maior quantidade de dinheiro para o seu produtor e, por isso, maior acesso ao trabalho social total.

O resultado é, por um lado, um tipo de relação social na qual a produção individual deve ocorrer no mínimo em torno da média social, a média social da produtividade se impõe como norma temporal constituída pelos produtores individuais, mas se põe acima deles como algo estranho. Por outro lado, trata-se de uma sociedade na qual a reprodução da vida social está condicionada pela participação das pessoas no trabalho social total por meio da produção de mercadorias. Em outros termos: cada pessoa poderá satisfazer suas necessidades desde que consiga fazer seus trabalhos (seja pela venda de sua própria força de trabalho ou pela apropriação na forma de mais-valor) serem parte da produção social total. A recorrência da troca é, portanto, um imperativo dessa forma social.

Além de generalizadas, as trocas devem ser crescentes, tanto em termo de valores de uso, quanto em termos de valor. Para os produtores individuais, a transformação dos frutos dos seus trabalhos individuais em meio de acesso à *maiores* parcelas da produção social expressas em dinheiro aparece como a única forma de satisfazerem suas crescentes necessidades. Entretanto, o crescimento das trocas não é explicado pelas necessidades individuais, mas sim pelo próprio sentido da produção social capitalista: ser valorização do valor. Aliás, as próprias necessidades crescem por conta do processo de valorização.

Como se sabe, Marx demonstra que o componente da produção que permite a expansão do valor é a força de trabalho. Sendo o trabalho o meio pelo qual os seres humanos fazem parte da sociedade, é o seu

dispêndio na transformação dos meios de produção em algo novo (valor consubstanciado em valores de uso) que reproduz e amplia o valor. Como os meios de produção são trabalho morto, eles são transformados em novas mercadorias, com valor ampliado, apenas mediante o contato com trabalho vivo. É da diferença entre o valor da força de trabalho e o valor adicionado ao trabalho morto no processo de produção, explica o autor, que tem origem a parcela do valor que é apropriada pelo proprietário dos meios de produção. Como eles pagam aos trabalhadores o valor de sua força de trabalho enquanto a empregam para além do tempo necessário à reprodução dessa força, obtém um valor adicional (mais-valor) na produção de mercadorias. Assim, a extensão, a intensidade e a continuidade da jornada de trabalho têm lugar central na determinação do mais-valor gerado pela produção social (MARX, 2013, p. 245-250; p. 270-274; MARX, 2011, p. 243-244; p. 251-253).

E será pela extensão da jornada de trabalho que ocorrerá a expansão da produção de mais-valor durante a consolidação do capitalismo, na qual predominava a produção manufatureira no centro dinâmico do capitalismo.⁶ Embora haja o limite de 24 horas diárias para o avanço da jornada de trabalho, Marx nota que os mais diversos limites sociais foram quebrados para se chegar até 16 horas de jornada de trabalho em algumas das fábricas inglesas, no começo do século XIX. Foi somente com a luta intensa dos trabalhadores por melhores condições de trabalho que, em meados do século XIX, houve uma limitação da jornada, estabelecida em 10 horas na Inglaterra. A partir desse marco, a expansão do mais-valor passaria a ocorrer, principalmente, por meio da ampliação da produtividade – ou seja, pela produção de uma quantidade cada vez maior de mercadorias numa mesma unidade de tempo (MARX, 2013, p. 305-374; MARX, 2011, p. 323-324).

A passagem da produção de valor na qual preponderava o mais-valor absoluto para a produção na qual predomina o mais-valor relativo

⁶ Importa pontuar que não se trata de afirmar, com isso, que não houve elevação da produtividade, desenvolvimento técnico ou outras transformações do processo de produção que impliquem expansão do valor pela via da redução do valor da força de trabalho. Ao invés disso, nota-se a preponderância de uma forma de mais-valor sobre a outra.

implica continuamente a adoção de novos métodos e técnicas de produção que ampliam a proporção de trabalho morto na produção de mercadorias. Ao mesmo tempo, essa transição implicou um deslocamento da posição do trabalhador nessa produção: de determinante do ritmo, detentor do conhecimento e do manejo das ferramentas, passou a ser um “apêndice da máquina”. Com isso, a ampliação do mais-valor passou a ocorrer predominantemente por meio da redução do custo de reprodução da força de trabalho e, por consequência, o declínio do tempo de trabalho necessário em relação ao tempo excedente mediante o aumento da produtividade social. Isso permitiu a continuidade da produção de mercadorias em escala ampliada e com crescente valor, embora o crescimento do mais-valor seja declinante, já que sua ampliação ocorreu, em grande medida, no interior da própria jornada de trabalho. O que força a expansão das relações mercantis para outras esferas da vida social (MARX, 2013, p. 387-396; p. 504-508; p. 704-708; MARX 2011, p. 580-581).

Nessa recuperação esquemática dos argumentos de Marx sobre a dinâmica social capitalista, nota-se o lugar central do tempo, seja na medida do valor, do seu excedente ou na própria jornada de trabalho. Contudo, não se trata de uma temporalidade qualquer. Conforme já observamos na introdução desse artigo, a relação social capital estabeleceu tipo peculiar de *tempo* que, no curso do processo histórico, desde o século XVIII, marca a forma da dominação nessa sociedade. Essa centralidade que o tempo tem na teoria de Marx é retomada por alguns de seus leitores contemporâneos, em particular após a descoberta e publicação do *Grundrisse* (2011),⁷ sendo Moishe Postone um dos mais destacados, porque dá conta da centralidade do tempo no capitalismo ao enfatizar a peculiaridade do seu tempo histórico, destacando o seu caráter imanente, dinâmico, direcional e acelerado⁸.

⁷ Para mais sobre essa influência do *Grundrisse* em releituras da obra de Marx, conferir Musto (2008). Sobre os leitores de Marx que, em chaves de leitura diferentes, destacam a questão do tempo, conferir, à título de exemplo, Gorz (2005: 15-28) e Mészáros (1995: 522-543; 739-770).

⁸ Cabe notar que essa novidade é tributária do ambiente intelectual no qual o autor se formou, conforme destaca Lange (2018: 515 – tradução livre): “[...] Em Frankfurt [durante os anos de 1970], Postone trabalhou próximo tanto daqueles que colaboraram ou auxiliaram Adorno, tais como Oskar Negt e Alfred Schmidt, quanto também com Jürgen Ritsert, Gerhard Brandt e

Ao investigar o conceito de valor e sua medida em Marx, Postone chama atenção para a “relação inversamente proporcional” entre a produtividade e o valor das mercadorias (MARX, 2013, p. 118; POSTONE, 2003, p. 193; 288). Voltando ao nosso exemplo: se a média da produção social for 100 camisetas por jornada de trabalho, com o dobro de produtividade, um produtor individual produzirá 200 camisetas por jornada de trabalho. Com isso, obterá o dobro de valor dos demais (segundo o exemplo, 2000 reais). A generalização desse processo de trabalho, porém, estabelece uma nova “média social” da produção de camisetas: 200 camisetas por jornada de trabalho. Assim, o valor retorna à sua quantidade inicial e reduz o valor por unidade de mercadoria, num movimento que força uma nova rodada de elevação da produtividade, pois os produtores operantes sob a nova norma não mais obtêm o valor dobrado, mas o mesmo valor pelo dobro de mercadorias. Ou seja, o valor individual das mercadorias caiu pela metade, permanecendo o valor total da produção idêntico ao valor antes do aumento da produtividade. Esse movimento de restabelecimento da unidade social do tempo é denominado por Postone de *treadmill effect*. (POSTONE, 2003, p. 289-290).

Nesse nível de abstração, cabe notar a operação de dois processos. Um deles é o movimento do valor, que expande para o produtor individual e, socializada a nova maneira de produzir, estabelece uma nova medida que retorna ao seu ponto de partida, de forma que a sua grandeza por unidade de mercadoria declina ao mesmo tempo em que o valor produzido por unidade de tempo permanece constante. O outro processo é a transformação concreta da forma de trabalhar, desde o ritmo até os instrumentos e, por isso, até o adestramento da força de trabalho. O que culmina com uma mudança concreta no processo de produção, na

Iring Fetscher. Embora sua formação intelectual seja distinta destes autores, pois, a releitura de Postone dos *Grundrisse* e do *Capital* foi fortemente informada pelas suas leituras dos textos da tradição da teoria crítica, ele também releu Adorno e Horkheimer por meio das lentes de sua nova leitura de Marx. Nesse sentido, a fortuna intelectual de Postone estava em débito com essa ‘fertilização cruzada’ das duas leituras. Isso permitiu ao autor, em seu seminal *Tempo, Trabalho e Dominação Social*, apontar para um caminho de superação das antinomias da teoria crítica tradicional, numa direção fundamentalmente diferente daquela, por exemplo, tentada por Habermas.”

sua temporalidade, que apenas se manifesta no maior número de peças produzidas (POSTONE, 2003, p. 188; p. 291-293). A relação entre valor e tempo abstrato se mantém constante, mas esse quadro fixo de valor põe em um movimento permanente e direcional o nível de produtividade, constituindo um modo de tempo histórico especificamente capitalista (POSTONE, 2003, p. 292, 293).

No argumento de Postone, esses dois processos constitutivos da produção do valor são melhor compreendidos pela distinção entre *tempo concreto* e *tempo abstrato*. Em linhas gerais, o tempo concreto diz respeito ao ritmo de cada atividade humana – isto é, suas próprias extensões, intensidades e descontinuidades que envolvem a relação dos seres humanos com o seu meio; o tempo abstrato é vazio, contínuo e expresso por unidade sem mais qualidade que a própria medida. Nesse sentido, quando se exprime uma hora (1h) não se tem dimensão, no próprio número, das atividades executadas em seu interior. A título de comparação, Postone recorda que em sociedades não capitalistas a jornada de trabalho obedecia ao ritmo da própria atividade, tendo sua continuidade ou descontinuidade atrelada às peculiaridades do processo de trabalho e do objeto produzido nesse caso. Medir a passagem do tempo em unidade abstratas não tinha qualquer lugar na sociedade, ficando restrita, em alguns casos, aos estudos astronômicos. (POSTONE, 2003, p. 201-206).⁹

Quando é imperativo às atividades humanas se tornarem forma de acesso à produção social mediante a troca, assumindo a forma valor, é imperativa a adequação dessas atividades a certo padrão de produtividade e sua medida em unidades abstratas, manifestas na forma dinheiro. Com isso, o tempo assume a duplicidade de ser tempo concreto e tempo abstrato, inaugurando um tempo histórico com uma heteronomia específica (POSTONE, 2003, p. 211-212). Em poucas palavras, as

⁹ Ao argumentar que não é o simples desenvolvimento tecnológico que explica o surgimento do relógio que marca horas contínuas, mas sim o surgimento do tempo abstrato como norma social que rege a troca generalizada de mercadorias, Postone (2003: 233-250) apresenta o longo desenvolvimento de relógios que marcam horas variáveis, mais complexos em termos tecnológicos, e baseados em eventos considerados importantes para cada sociedade, ou seja, relógios mais complexos baseados no tempo concreto.

atividades humanas estarem subordinadas à contínua transformação de seus resultados em mercadoria implica, para Postone, *reproduzir a vida social num ritmo permanentemente crescente e cada vez mais intenso de trabalho*. Esse ritmo não é expresso, como lembra o autor, no tempo abstrato, mas sim nas formas concretas de tempo; embora o movimento do tempo abstrato implique a mudança desse ritmo. Por isso, Postone afirma que, por meio da dialética entre o tempo concreto e o tempo abstrato, será produzido um *tempo histórico cada vez mais denso, acelerado e instável*. Tal tempo, embora resultado das práticas sociais, estabelece uma forma de relação que escapa às pessoas – isso significa, retomando Marx, que os homens fazem sua história, mas, devido ao caráter estranhado das suas formas sociais básicas, ela é feita para além de seu controle (POSTONE, 2003, p. 293-295).

O crescimento da riqueza material engendrada pela dinâmica direcional deste peculiar tempo histórico, de que fala Postone, não é acompanhado por um igual crescimento do valor. Para compreender essa questão, enunciada por Marx e pertinente para o entendimento dos limites e possibilidades do capitalismo, retomemos o conceito de *treadmill effect* elaborado por Postone, adicionando agora a jornada de trabalho à nossa abstração. Ainda seguindo o exemplo elaborado nas páginas anteriores, se 100 camisetas são produzidas por jornada de trabalho e, por suposto, essa jornada é de 8 horas e a taxa de exploração é de 100%, temos que 4 horas da jornada (50 camisetas) repõem o valor da força de trabalho, enquanto 4 horas são apropriadas como mais-valor (50 camisetas). Com o dobro de produtividade, um capitalista individual conseguirá recuperar o valor pago à força de trabalho em 2h (50 camisetas), apropriando-se de um mais-valor que compreende 6 horas da jornada de trabalho (150 camisetas). Em termos de dinheiro, o mais-valor sobe de 500 para 1500 reais, um aumento de 200%. Entretanto, a socialização da nova forma de produzir engendrará o seguinte resultado: 4 horas da jornada de trabalho repõem o valor da força de trabalho – isto é, 100 camisetas são suficientes para repor esse valor – e 4 horas da jornada de trabalho são apropriados pelo capital (100 camisetas). Como elas expressam o mesmo valor de antes da elevação da produtividade, o mais-valor declina ao patamar inicial, engendrando novo movimento de busca por aumento de produtividade.

Se efetivo, vamos supor, dobrando novamente a produtividade, 2 horas repõem o valor da força de trabalho (100 camisetas) enquanto o restante será apropriado na forma do mais-valor (300 camisetas). Pelo mesmo movimento descrito acima, os produtores de camiseta terminarão pagando a força de trabalho com 4 horas de jornada, que representarão 200 camisetas, e se apropriarão de um mais-valor expresso em 4 horas de jornada ou 200 camisetas.

Do ponto de vista da produção material, contudo, o tempo de trabalho necessário para a produção de uma camiseta passou a ser $\frac{1}{4}$ do tempo inicial. O que permitiria uma apropriação social do tempo excedente ($\frac{3}{4}$) pela sociedade, tornando-o tempo disponível para o enriquecimento humano – elaborando suas individualidades (MARX, 2004, p. 107-108; MARX, 2011, p. 106; p. 255-256). Entretanto, em termos de valor, a redeterminação da sua medida apaga esse ganho social, mantendo a necessidade do trabalho imediato e gerando a necessidade de uma nova rodada de elevação da produtividade. Assim, esse desdobramento do *treadmill effect* parece lançar luz sobre a tão discutida passagem de Marx, nos *Grundrisse*, em que o autor aponta o seguinte:

O roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia, aparece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria. Tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser [a medida] do valor de uso. O trabalho excedente da massa deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza geral, assim como o não trabalho dos poucos deixa de ser condição do desenvolvimento das forças gerais do cérebro humano. Com isso, desmorona a produção baseada no valor de troca, e o próprio processo de produção material imediato é despido da forma da precariedade e contradição. [Dá-se] o livre desenvolvimento das individualidades e, em consequência, a redução do tempo de trabalho necessário não para pôr trabalho excedente, mas para a redução do trabalho

necessário da sociedade como um todo a um mínimo, que corresponde então à formação artística, científica etc. dos indivíduos por meio do tempo liberado e dos meios criados para todos eles (MARX, 2011, p. 588 – sublinhado nosso e grifo do autor).

Com essa passagem, que expressa o argumento desenvolvido por Postone, Marx indica que o desenvolvimento do processo de produção de valor – no caso, a Grande Indústria – elevaria a produtividade de tal maneira que mostraria o quão “miserável” é a continuidade do valor (e sua forma na troca, o valor de troca) como medida da produção da vida social e que não seriam por meio dessas relações sociais que se estabeleceria o livre desenvolvimento da individualidade humana. Postone interpreta esse desenvolvimento como a contradição fundamental do capitalismo, pois, seu processo social de produção aumenta a produtividade de forma acelerada, porém, no lugar do aumento de produtividade resultar em *tempo disponível*¹⁰ para o livre desenvolvimento da individualidade humana, esse aumento engendra a expansão das esferas da vida social sujeitas à mercadorização – isto é, que devem se tornar meio de subsistência -, repondo a centralidade do trabalho. Nas palavras de Marx: “o próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza” (MARX, 2011, p. 588-589).

¹⁰ Em lugar do uso comum de “tempo livre”, segue-se a formulação de Marx (2011, p. 588-589): “tempo disponível” (*disposable time*, no sentido similar a expressão *disposable income*). Isso porque “tempo disponível” exprime a possibilidade, aberta pelo próprio desenvolvimento do capitalismo, do trabalho não ser mais o centro da vida social – i.e., a forma de mediação social – e, por conseguinte, o tempo excedente (supérfluo) devir tempo a disposição dos seres humanos para o livre desenvolvimento de suas individualidades. No registro de Postone (2003, p. 376): “A categoria tempo disponível reverte essa negatividade [tempo supérfluo] e a dota de um novo referente: o indivíduo social. Isso pressupõe a abolição do valor como forma de mediação social, pois, somente assim, de acordo com Marx, pode o tempo de trabalho (não-alienado) e o tempo disponível complementarem um ao outro positivamente, como constitutivo do indivíduo social.”

A emergência dessa possibilidade objetiva é, portanto, um desdobramento da própria produção capitalista. Porém, a constituição dessa possibilidade não leva a uma superação automática da sociedade capitalista; essa sociedade aponta para além de si, mas não se supera. Mesmo porque, há outras dimensões da heteronomia que complementam aquela que é estrutural, o domínio de nossa vida social pelo capital que, a seu modo, expressa um padrão de relação social na qual somos dominados pelos resultados da nossa própria atividade e sua particular forma de interação, configurando, assim, o estranhamento¹¹ sob a égide do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de pensar o lugar e o papel do tempo na sociedade contemporânea, colocando em questão a forma social da sua produção, o seu correspondente trabalho e suas consequências sobre a vida humana, recuperamos aqui as linhas gerais da contribuição de Postone sobre o tempo, uma vez que o autor alicerça sua explicação da “estabilização dinâmica” da sociedade moderna na própria dinâmica do capital (cf. ROSA, 2019). Isso significa, em termos sintéticos, uma releitura de Marx que explica a natureza do tempo na sociedade capitalista por meio das suas relações sociais, de modo que o próprio capitalismo é interpretado como uma prática social, ao invés de somente um regime de propriedade ou um embate entre classes sociais. Como indica o autor:

¹¹ Conforme exposto por Marx (2004), o conceito de estranhamento exprime que as relações sociais ocorrem entre seres humanos cindidos entre trabalhadores e não-trabalhadores. Para os primeiros, o estranhamento implica suas objetivações, assim como seu modo de objetivação, degradarem sua condição humana – reduzida à animal de trabalho. Para os não-trabalhadores, o estranhamento é a posse (ter) das objetivações sem que isso produza o enriquecimento efetivo do seu ser – a despeito de seu acúmulo material – porque não é pela produção que objetiva algo, mas pela mera posse. Por meio desse conceito, portanto, Marx figura a condição humana nas sociedades de classe, sendo a sociedade em que os próprios objetos parecem dominar os seus produtores aquela na qual o estranhamento atinge seu maior desenvolvimento. Para um debate mais cuidadoso sobre o tema, conferir Braga (2018; 2016) e Ranieri (2000).

Embora concordando que a categoria de capital de Karl Marx se refere à estruturação da sociedade como um todo [...], ela não apenas delinea um modo determinado de exploração de classe, mas também, mais fundamentalmente, apreende uma forma peculiar de mediação social que estrutura a modernidade capitalista como uma forma historicamente específica de vida social. Essa forma de mediação é socialmente constituída e, ainda, abstrata e temporal¹² (POSTONE, 2020, p. 157, tradução nossa).

Em linhas gerais, a partir da interpretação de Postone de Marx, é possível perceber que o capital como relação social é um tipo de dominação decorrente da forma valor ser a mediação das relações entre os seres humanos, pois, ao tomarmos uns aos outros como valores em vias de valorização e, por isso, sob o julgo do crescente “fazer mais em menos tempo” plasmados em mercadorias – sejam elas tangíveis, intangíveis, para satisfazer a fantasia ou o estômago –, somos dominados pelos próprios resultados de nossa atividade. Um tipo de sociedade que, embora produzida nas nossas práticas cotidianas e figurada nas teorias a elas vinculadas, reproduz-se “como se fosse independente” (*quasi-independent*) de nossas práticas e teorias sobre ela.¹³

Nesse sentido, como os seres humanos se relacionam por meio do trabalho consubstanciado em mercadorias, suas atividades precisam ser reduzidas à meio de subsistência intercambiável e, para tal, são medidas sociais abstratas (cada qual com seu valor). Entretanto, o quanto cada uma dessas mercadorias será capaz de se apropriar da produção geral é delimitada, na interpretação de Postone, pela relação dialética entre o tempo abstrato e o tempo concreto, cuja tendência é a contínua busca pelo novo.

¹² Original: While agreeing that Karl Marx’s category of capital refers to the structuring of society as a whole [...] it not only delineates a determinate mode of class exploitation, but also, more basically, grasps a unique form of social mediation that structures capitalist modernity as a historically specific form of social life. This form of mediation is socially constituted and, yet, abstract and temporal.

¹³ Aqui cabe a correção de um equívoco. Na tradução do livro de Postone (2014) para o português brasileiro, incorre-se no erro de traduzir o termo em latim “quasi” por “quase”, ao invés de “como se” ou “pseudo”, a aceção original do termo.

Essa interpretação do capitalismo como uma prática social condicionada por uma forma peculiar de dominação, que podemos nomear de temporal e, por isso, abstrata, confere uma explicação estrutural para a percepção do tempo, indicada por Rosa (2019), de que, a cada ano que passa, parece que teremos de fazer mais do que no ano anterior, ao ponto de, conforme destaca Crary (2014), termos de avançar sobre nosso tempo de sono, produzindo uma vida contemporânea, para dizer com Han (2015), pobre de entremeios e de interrupções.

A partir das categorias mais fundamentais da teoria marxiana do capital, Postone confere sentido, portanto, a esse conjunto de fenômenos destacados por Crary (2014), Han (2015) e Rosa (2019), ao oferecer uma explicação fundamentada na própria dinâmica estrutural das relações sociais modernas e, *pari passu*, mostrar como tal dinâmica aponta, pelo modo como se reproduz, para além de si mesma. Por essa razão, há, em Postone, um duplo movimento, ao mesmo tempo em que sua crítica se dirige à natureza do capital, destaca o seu caráter histórico e, por consequência, a possibilidade de sua superação.

Dito de outro modo, a contradição fundamental do capitalismo é que a sua dinâmica aumenta de forma acelerada a produtividade, mas continuamente repõe a necessidade do trabalho imediato. No desenvolvimento do argumento do autor, trabalho socialmente necessário ganha um sentido adicional nesse momento da análise, pois não delimita um trabalho necessário a qualquer sociedade, mas o trabalho necessário à sociedade do capital. Nesse sentido, todo o trabalho – tanto trabalho necessário como trabalho excedente – é trabalho necessário para o capital. A cada aumento de produtividade, parte do trabalho, em termos de valores de uso, é convertido em trabalho supérfluo, no entanto, em termos de valor, todo o trabalho permanece como trabalho necessário. O trabalho supérfluo, como riqueza material, torna-se possibilidade de constituição de tempo disponível, enquanto a sua constante conversão em necessário, em termos de valor, nega continuamente essa possibilidade. Nessa distinção, feita por Marx e reposta por Postone, a partir de um olhar para a dinâmica contemporânea da reprodução do capitalismo, fica evidente que a dominação tem um caráter fundamentalmente temporal e abstrato e

que, ainda que o trabalho tenha que se liberar das determinações do valor, a emancipação de fato é constituição de tempo disponível.

A partir deste diagnóstico, podemos retomar a epígrafe que abre o presente artigo e, na companhia de Antonio Candido, dizer que, se o tempo é o tecido das nossas vidas, parece que a pergunta hoje é como restabelecer o controle sobre esse tecido, de uma maneira que possamos tecer nossas vidas ao invés de elas serem ganhadas, a cada dia, por meio da ampliação de nossa “eficiência”. Haveria chegado a época, então, de passar da luta de reivindicação por melhores condições de trabalho para a luta pelo fim da jornada de trabalho?

REFERÊNCIAS

- DUAYER, Mario, & de ARAUJO, Paulo Henrique Furtado. “Para a crítica da centralidade do trabalho: contribuição com base em Lukács e Postone”. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, 13(35), p. 15-36, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3fWAdVV>. Acesso em: 01 dez. 2020.
- BRAGA, Henrique Pereira. *Limites e possibilidades do capitalismo: uma introdução ao estudo da riqueza e da pobreza na crítica à economia política*. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Campinas: IE/UNICAMP, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3h37Vct>. Acesso em: 19 maio 2020.
- BRAGA, Henrique Pereira. “Notas sobre a relação entre estranhamento e capital: uma análise dos Manuscritos Econômico-Filosóficos e do Grundrisse”. *Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx*, 6 (10), p. 29-43, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3lqOgnN>. Acesso em: 01 dez. 2020.
- CRARY, Jonathan. *24/7: late capitalism and the ends of sleep*. London: Verso, 2014.

- DUARTE, Cláudio Roberto. “A potência do abstrato: resenha com questões para o livro de Moishe Postone”. *Revista Sinal de Menos*, 11(2), p. 70-122, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2VqNVa8>. Acesso em: 01 dez. 2020.
- GORZ, André. *O Imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005 [2003].
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Editora Vozes, 2015.
- LANGHE, Elena Louisa. “Moishe Postone: Marx’s Critique of Political Economy as Immanent Social Critique”. In: BEST, B.; BONEFELD, W.; O’KANE, C. (Ed.). *The SAGE handbook of Frankfurt school critical theory*. London: SAGE, 2018, p. 514-532.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004 [1844].
- MARX, Karl. *Grundrisse: esboço da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011 [1857/1858].
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política (Volume I)*. São Paulo: Boitempo, 2013 [1890].
- MÉSZÁROS, István. *Beyond Capital: Toward a Theory of Transition*. New York: Monthly Review Press, 1995.
- MUSTO, Marcello. (ed). *Karl Marx’s Grundrisse: foundations of the critique of political economy 150 years later*. London; New York: Routledge, 2008.
- PEREIRA, Leonardo Jorge da Hora. “Dominação abstrata ou concepção abstrata? Considerações sobre a teoria crítica do capitalismo de Moishe Postone.” *Cadernos De Filosofia Alemã: Crítica E Modernidade*, 23(1), p. 41-61, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v23i1p41-61>. Acesso em: 01 dez. 2020.

- POSTONE, Moishe. “Necessity, labor, and time: a reinterpretation of the Marxian critique of capitalism”. *Social Research*, 45(4), p. 739-788, 1978. Disponível em: <https://bit.ly/31YAKve>. Acesso em: 08 jul. 2020.
- POSTONE, Moishe. *Time, labor, and social domination: a reinterpretation of Marx’s critical theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003 [1993].
- POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma interpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- POSTONE, Moishe. “Capital and Temporality”. In: M. Musto (ed.). *The Marx revival: key concepts and new critical interpretations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020, p. 157-176.
- RANIERI, Jesus José. *Alienação e estranhamento em Marx: dos manuscritos econômicos-filosóficos de 1844 a ideologia alemã*. Tese (Doutorado em Sociologia). Campinas: IFCH/UNICAMP, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/2YcGOMU>. Acesso em: 07 jun. 2020.
- ROSA, Hartmut. “Escalada ou saída? O fim da estabilização dinâmica e o conceito de ressonância”. In: – (autor). *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2019 [2005], p. IX-XLIX.
- THOMPSON, Edward Palmer. “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”. In: – (autor) *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 [1968], p. 267-304.
- XIMENES, Olavo Antunes de Aguiar. “A teoria crítica de Postone e os *Grundrisse* de Karl Marx”. *Revista Limiar*, 4(7), p. 137-153, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/limiar.2017.v4.9217>. Acesso em: 01 dez. 2020.

Texto recebido em 21/03/2021 e aprovado em 30/04/2021